



ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE), REALIZADA EM OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

- 5 Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às treze horas, no Auditório II, do *campus* Maracanã do CEFET/RJ, foi realizada a quarta sessão ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), à qual compareceram o presidente Carlos Henrique Figueiredo Alves e os conselheiros: Bernardo José Lima Gomes, Camila Avelino Cardoso, Vanderlei Borges da Silva, Luis Felipe G. de Souza, Eduardo Ogasawara, Pedro
- 10 Manuel Pacheco, Miriam Carmem Maciel da Nóbrega Pacheco, Marcelo Maciel, Tiago Siman Machado, Luis Fernando dos Santos, Luane Fragoso, Maria Alice Caggiano de Lima, Frederico Ferreira de Oliveira, Talita de Oliveira, Úrsula Maruyama, Luiz Diniz Correa, José Artur Mussi, Rosana D. Miranda, Ana Lucia Ferreira de Barros, Julius Monteiro de Barros Filho, Luiz Claudio R. Rodrigues. Como convidados, estiveram presentes: Nisete Amigo, Waltencir dos S. Andrade, Josiel Alves Gouvêa, Eduardo
- 15 Bezerra, Rafael Barbosa e Eduardo Gato. No **Expediente Inicial**, o Sr. Presidente levou a apreciação dos conselheiros as atas da 3^a sessão ordinária e 3^a sessão extraordinária de 2016, sendo ambas aprovadas por unanimidade. Em seguida, procedeu a posse dos conselheiros: Humberto Manoel de Santana Junior (representante discente do COPEP) e
- 20 Elton Luis dos Santos Gomes (do suplente do Diretor de Valença). Em seguida, deu início à Ordem do Dia, item 2.1 **Proposta de criação da revista do PPFEN (Programa de Pós-graduação em Filosofia e Ensino)**, concedendo a palavra aos docentes Rafael Barbosa e Eduardo Gato, que fizeram a apresentação da proposta aos conselheiros. Finalizada a apresentação, o conselheiro Marcelo Maciel ressaltou que os organizadores
- 25 do projeto seguiram a mesma linha das revistas já aprovadas, referendando a proposta. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão, porém, como não houve comentários a respeito, colou em votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade. Passou então ao item 2.2 **Acompanhamento de desempenho discente**, concedendo a palavra ao docente Eduardo Bezerra que fez a apresentação da proposta. O docente
- 30 explicou que haveria um processo transitório até que o novo regulamento entrasse em vigor, para que os alunos em situação de cancelamento de matrícula, não fossem prejudicados. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão. A conselheira Miriam Pacheco declarou que considerava a questão do jubramento muito complicada, pois envolvia vários fatores, cabendo analisarem caso a caso. O conselheiro Bernardo
- 35 declarou que acompanhou o trabalho de perto e observou que dois aspectos deveriam ser levados em consideração: em primeiro lugar, o aluno, depois de um determinado tempo na instituição, não trazia retorno financeiro para a mesma e, em segundo lugar, as CAADs foram criadas para orientar os alunos, constituindo uma importante ferramenta para evitar o jubramento. Além disso, a proposta é que trabalhem de forma padronizada em todos os
- 40 *campi*. O docente Eduardo Bezerra também observou que o CEFET/RJ foi notificado pelo MEC, para que melhorassem seus números. O conselheiro Luis Fernando lembrou que atualmente o jubramento vinha sendo abolido, dando como exemplo as universidades europeias. Colocou-se a favor da proposta de acompanhar os alunos, porém contra o mecanismo de como seria feito o jubramento dos mesmos. Observou que a instituição
- 45 deveria priorizar a qualidade da formação e rever casos de professores que reprovam em excesso. O docente Eduardo Bezerra esclareceu que uma das atribuições das CAADs seria assessorar o coordenador de curso para averiguar essas questões. Ressaltou que a



50 comissão não criou um regulamento, pois as normas já existem no manual do aluno desde 2010, porém, como nunca funcionaram, a pretensão seria fazer funcionar. A
conselheira Giselle Vieira defendeu que ao fazer o acompanhamento dos alunos,
estariam trabalhando muito mais a retenção do que a evasão dos mesmos. Convidou
todos a participarem da Semana de Extensão, de 18 a 21 de outubro, chamando a
atenção para os trabalhos voltados à reflexão sobre retenção e evasão. A conselheira
55 Camila Avelino parabenizou a oportunidade de estarem debruçados na temática do
acompanhamento de desempenho discente, onde a necessidade já havia sido sinalizada
em sessões anteriores. Chamou atenção de que tal acompanhamento não deveria se
restringir a criar estratégias de intervenção quantitativa ou dar respostas a demandas
orçamentárias, mas sim em mapear os aspectos que levam os discentes a não terem bom
60 desempenho. Observou a necessidade de se pensar a realidade educacional, articulando-
a aspectos sociais, econômicos, políticos, questões de gênero, diversidade, ou seja,
considerando a sua complexidade para que sejam feitas análises mais aprofundadas
sobre o desempenho discente. Pediu esclarecimentos sobre as ações de intervenção
propostas. Sugeriu que as CADDs pudessem contar também com assessorias
pedagógicas nos processos de acompanhamento e intervenções. Pediu esclarecimentos
65 se os representantes das CADDs seriam eleitos, se teria representação estudantil, e a
periodicidade dos encontros. O docente Eduardo Bezerra esclareceu que foi estabelecido
um encontro por período, no mínimo. Disse que o planejamento seria de que as CADDs
fossem compostas por indicações dos coordenadores de curso, mas que poderia ter a
representação discente e pedagógica sugerida. Quanto aos aspectos do
70 acompanhamento, declarou que estão pensando em outras formas de acompanhar os
alunos, mas que uma coisa não exclui a outra. O conselheiro Humberto Junior declarou
que achava a avaliação bem técnica, pensada para números, não para pessoas. Lembrou
que questões sociais, de gênero, de raça não apareceriam nas estatísticas. Defendeu que
era preciso pensar em inúmeras questões, não só em números. O docente Eduardo
75 Bezerra alegou que a proposta levou em consideração aspectos mensuráveis.
Concordou que existem as questões citadas, mas ressaltou que é importante pensar na
administração do dinheiro público. A conselheira Úrsula Maruyama falou de sua
experiência como aluna e como docente na instituição, o que a permitiu vivenciar os dois
lados da história. Defendeu o jubramento, colocando em evidencia a qualidade do ensino,
80 uma vez que o CEFET/RJ é um centro federal de ensino. Defendeu também que a
administração pública precisa ter embasamento, por isso a importância de dados
registrados. O conselheiro Pedro Pacheco pediu maiores detalhes quanto ao período de
transição. O docente Eduardo Bezerra esclareceu que a transição não constava na
proposta enviada aos conselheiros, mas que ao longo do ano ela seria divulgada. O
85 conselheiro José Mussi ressaltou a necessidade de regras explícitas, de forma a colocar
mais respeito pela instituição. Defendeu que a instituição está formando profissionais, por
isso, os alunos devem aprender a ter compromisso com a mesma. A conselheira Rosana
Miranda complementou que a comissão não criou regra nova, somente buscou mecanizar
um processo previsto no manual do aluno. Lembrou também que estão lidando com
90 adultos e que casos específicos deveriam ser analisados separadamente. O Sr.
Presidente parabenizou a comissão pelo trabalho apresentado e lembrou que na época
em que ingressou na instituição havia jubramento. Enfatizou que a instituição possui
índices que devem ser cumpridos, pois é fortemente cobrada pelo governo. Em seguida,
abriu o espaço para encaminhamentos, colocando sua proposta de votar o documento por



95 completo. O conselheiro José Mussi sugeriu que a transição não fosse agregada à
proposta, mas sair em outro documento separado, sendo tratada de forma paralela,
porém, oficial. Todos concordaram. Em seguida, a proposta foi colocada em votação,
sendo aprovada com 4 abstenções. Passando ao item **2.3 Resolução de Estágio**, o Sr.
100 Presidente concedeu a palavra à comissão responsável pelo trabalho, composta pelas
conselheiras Maria Alice, Gisele Vieira e Camila Avelino, que apresentaram a proposta.
Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão. O conselheiro Frederico Oliveira
perguntou se os estágios internos ficariam impedidos. A conselheira Maria Alice
respondeu que não e explicou que será preciso criar comissões que irão propor resolução
105 específica. Dado que não houve encaminhamento a respeito, o Sr. Presidente colocou a
minuta em votação, sendo aprovada por unanimidade. Passando ao item 2.4 **PPC
Mecatrônica**, o Sr. Presidente concedeu a palavra aos representantes da proposta. A
docente Nisete Amigo falou a respeito da proposta e convidou os docentes Waltencir
Andrade e Josiel Gouvêa para sanarem possíveis dúvidas. A conselheira Úrsula
110 Maruyama observou que havia uma disciplina que seria ministrada por 5 docentes e
perguntou como funcionaria. Os docentes Waltencir e Josiel explicaram que algumas
disciplinas são multidisciplinares e, portanto, serão ministradas por especialistas de áreas
distintas. O conselheiro Luiz Fernando, com relação aos critérios para entrada, opinou
que seria interessante abrir a entrada para engenheiros de todas as áreas, físicos e
matemáticos. A docente Nisete Amigo explicou que por ser uma especialização, a
115 estrutura das disciplinas exigem mais foco. Explicou também que o conteúdo
programático poderia deixar alguns alunos à margem, necessitando de formação, ao
invés de especialização. O conselheiro Eduardo Ogasawara declarou que futuramente tal
questão poderia ser revista, mas que a princípio o curso seria bastante focado para não
comprometer a qualidade. O conselheiro Luiz Fernando observou que no IFRJ de
120 Nilópolis, uma pós havia fechado por falta de alunos. Em seguida, o Sr. Presidente
colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. Seguindo com a pauta, o Sr.
Presidente explicou que o item 2.5 **Regulação das atividades docentes** e 2.6
Solicitação da Auditoria tratavam da mesma matéria, portanto iriam ser tratadas em
conjunto. Em seguida, concedeu a palavra à conselheira Gisele Vieira. A conselheira
125 explicou que o documento referente ao item 2.5 havia sido tratado no CONEN, porém,
houve uma indicação para que fosse montada uma comissão no CEPE, que tratasse o
assunto e elaborasse nova proposta. O Sr. Presidente solicitou candidatos para a
comissão, que foi formada pelos conselheiros: José Mussi, Gisele Vieira, Rosana Miranda
e Bernardo Gomes. Ficou acordado que a proposta deveria ser apresentada até
130 17/11/2016 na 5ª sessão ordinária do CEPE, em 17/11/2016. Passando ao item 2.7 **Polo
EaD**, o Sr. Presidente informou que o polo já havia sido avaliado, tendo atendido as
exigências. Opinou que valia a pena acatar, pois se tratava de uma comunidade, o que
seria uma ação social. Ressaltou que o curso já funcionava com professores voluntários.
O conselheiro Bernardo Gomes observou que na proposta, o ingresso seria por sorteio e
135 perguntou se haveria problema. O Sr. Presidente lembrou que vários cursos realizam a
entrada por sorteio, aprovadas em conselho. O conselheiro Eduardo Ogasawara
perguntou se poderia haver reserva de vagas para membros da comunidade, conforme
solicitado no documento. O Sr. Presidente respondeu que não, pois as vagas são públicas
e garantiu que tal pedido não seria atendido. A conselheira Rosana Miranda perguntou se
140 haveria estrutura para administrar o curso. O Sr. Presidente esclareceu que havia verba
específica para os polos EaD. Em seguida, o Sr. Presidente colocou a proposta em

6



votação, porém, indeferindo o pedido de reserva de vagas para membros da comunidade. A solicitação foi deferida, com 3 abstenções e nenhum voto contrário. Passando ao **EXPEDIENTE FINAL, 3.1 Assuntos Diversos**, o conselheiro Eduardo Ogasawara se despediu do conselho, uma vez que seu mandato iria acabar em breve. A conselheira Rosana Miranda também se despediu. A conselheira Maria Alice divulgou que o CEFET/RJ teria uma participação expressiva no 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, com muitos trabalhos aprovados e parabenizou a instituição. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão e agradeceu a presença de todos.

145

150 Lavro a presente ata, que segue assinada por mim, Luciana Carvalho de Oliveira, na qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente, Carlos Henrique Figueiredo Alves.